



DOCAPESCA
PORTOS E LOTAS, S.A.

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO

(INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS)

Relatório de Execução Anual | 2021

APROVADO

02/03/2022


Sérgio Faias
Presidente do
Conselho de Administração


João Pedro Correia
Vogal do
Conselho de Administração

Ficha Técnica

Título: Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) | Relatório de Execução Anual | 2021

Elaboração: Gabinete de Auditoria Interna

Data de edição: fevereiro de 2022

Edição e Propriedade: Docapesca – Portos e Lotas, SA

Sede Social: Av. de Brasília – ES 7– Pedrouços – 1400-038 Lisboa

Contatos: 21 393 61 00 | www.docapesca.pt

Índice

Enquadramento	5
Nota metodológica	6
Gestão dos riscos	7
1. Execução anual do Plano (2021).....	7
2. Riscos de corrupção e infrações conexas - Execução das medidas de tratamento. 11	
3. Riscos com potencial impacto na segurança alimentar - Execução das medidas de tratamento.....	14
4. Recomendações	18
Anexos	19
Glossário	47

Índice dos quadros

Quadro 1 – Critérios para a conjugação das variáveis da probabilidade de ocorrência do risco e do seu potencial impacto presentes na avaliação dos riscos.....	6
Quadro 2 – Critérios para a classificação dos riscos, de acordo com uma escala de 3 níveis.....	7
Quadro 3 – Critérios para considerar o risco tratado	7
Quadro 4 – Critérios de classificação das medidas para tratar os riscos	7
Quadro 5 – Acompanhamento do Plano da Docapesca.....	9
Quadro 6 – Execução das medidas de tratamento dos riscos da Docapesca	9
Quadro 7 – Evolução do nível de risco da Docapesca	10
Quadro 8 – Acompanhamento do Plano da Docapesca ao nível dos riscos de corrupção e infrações conexas	12
Quadro 9 – Execução das medidas de tratamento dos riscos de corrupção e infrações conexas	13
Quadro 10 – Evolução do nível de risco de corrupção e infrações conexas	14
Quadro 11 – Acompanhamento do Plano da Docapesca ao nível dos riscos com potencial impacto na segurança alimentar	15
Quadro 12 – Execução das medidas de tratamento dos riscos com potencial impacto na segurança alimentar.....	16

Quadro 13 – Evolução do nível de risco de com potencial impacto na segurança alimentar 17

Índice das figuras

Figura 1 – Critérios para o preenchimento da matriz dos riscos e mapeamento dos riscos 6

Figura 2 – Matriz dos riscos da Docapesca..... 10

Figura 3 – Matriz dos riscos de corrupção e infrações conexas..... 13

Figura 4 – Matriz dos riscos com potencial impacto na segurança alimentar 16

Enquadramento

A Docapesca – Portos e Lotas, SA elaborou o atual Relatório de Execução Anual, para apresentar os principais resultados e conclusões quanto ao grau de implementação das medidas de tratamento dos riscos previstas no Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) (PPRG, doravante Plano)¹.

O acompanhamento do Plano teve por referência as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), do Tribunal de Contas, em matéria de reporte de riscos, em particular a Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho², os preceitos do regime jurídico do Setor Público Empresarial³, assim como do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar (SGSA) da Docapesca, certificado pela norma ISO 22000.

Do ponto de vista operacional, o Plano foi avaliado nos respetivos domínios de competência pelas unidades orgânicas, com o suporte do Gabinete de Auditoria Interna, que monitorizou e elaborou os respetivos relatórios de execução⁴.

Para aferir o grau de implementação das medidas preventivas em 2021, foram desencadeadas duas ações de monitorização, uma semestral (com referência a 30/06/2021⁵) e outra anual (com referência a 31/12/2021).

O reporte das diferentes unidades orgânicas (UO) foi registado numa matriz transversal a toda a empresa (anexo 1), de forma a permitir a uniformização e a comparabilidade do reporte da monitorização.

A atual síntese é apresentada nas seguintes vertentes:

- A execução global do Plano da Docapesca, que abrange os riscos inerentes aos diferentes processos em curso na empresa.
- A execução do Plano do ponto de vista dos riscos de corrupção e infrações conexas, como recomendado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção.
- A execução do Plano do ponto de vista dos riscos com potencial impacto no SGSA, para ir de encontro aos requisitos da ISO 22000.

¹ Do Plano aprovado pelo Conselho de Administração (CA), em 22/01/2020.

² Alínea d) da Recomendação n.º 1/2009, de 4 de março, do Conselho de Prevenção da Corrupção, que estabeleceu a realização de um relatório anual de monitorização.

³ Nos termos do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro (artigo 46.º – Prevenção da corrupção), e dos factos mencionados na alínea a) do n.º 1, do artigo 2.º, da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro.

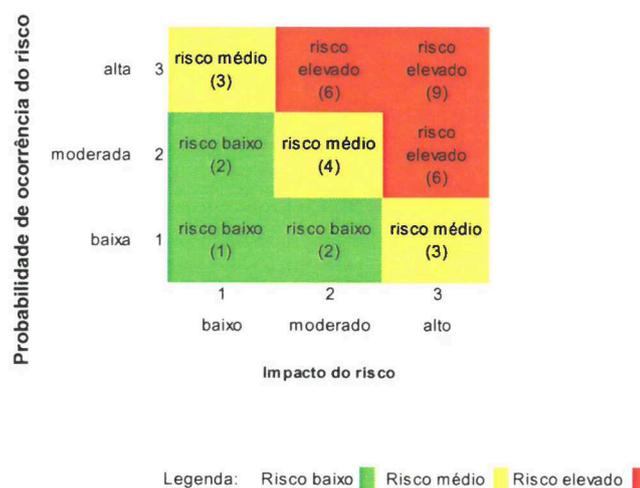
⁴ No âmbito das competências conferidas pelo CA e o Plano em monitorização.

⁵ Como recomendado no Relatório de Execução Anual do PPRG referente a 2020, aprovado pelo CA em 29/04/2021, procedeu-se a uma monitorização com periodicidade semestral. Da monitorização intercalar realizada no 1.º semestre, com referência a 30/06/2021, resultaram o Relatório da Execução do 1.º Semestre de 2021 do PPRG e a Adenda ao Relatório da Execução do 1.º Semestre de 2021 do PPRG, ambos aprovados pelo Conselho de Administração, respetivamente em 30/09/2021 e em 11/01/2022. Em janeiro de 2022, foi desencadeada a consulta anual, com referência a 31/12/2021.

Nota metodológica

Em termos metodológicos, foi adotada a matriz de avaliação do risco de probabilidade x impacto numa escala de três níveis (figura 1), bem como os critérios definidos no Plano em monitorização para a análise dos riscos identificados (quadros 1 a 4).

Critérios para o preenchimento da matriz dos riscos e mapeamento dos riscos – figura 1



Critérios para a conjugação das variáveis da probabilidade de ocorrência do risco e do seu potencial impacto presentes na avaliação dos riscos – quadro 1		
Probabilidade de ocorrência do risco	alta	Refere-se a um processo complexo que requer coordenação e vigilância significativa, ou a um processo dependente de atividades voláteis e imprevisíveis.
	moderada	O processo necessita de alguma vigilância e coordenação, ou as atividades subjacentes poderão ser previsíveis.
	baixa	Refere-se a um processo rotineiro, previsível e automatizado, com baixa necessidade de supervisão.
Impacto do risco	alto	Quando pode ocorrer perda de reputação e da confiança dos stakeholders e ter um impacto grave nos fluxos de caixa.
	moderado	O evento de risco vai requerer uma atenção e intervenção significativas da gestão e perdas nos fluxos de caixa com impacto moderado.
	baixo	Necessidade mínima de intervenção da gestão no evento de risco, ou processo rotineiro com grande nível de automatização.

Critérios para a classificação dos riscos, de acordo com uma escala de 3 níveis – quadro 2	
Risco elevado	Quando o impacto é alto e a probabilidade moderada, ou vice-versa, ou quando ambas as variáveis são altas.
Risco médio	Quando o impacto é baixo e a probabilidade alta, ou vice-versa, ou quando ambas as variáveis são moderadas.
Risco baixo	Quando o impacto é moderado e a probabilidade é baixa, ou vice-versa, ou quando ambas as variáveis são baixas.

Critérios para considerar o risco tratado – quadro 3	
Risco totalmente tratado	Decorre da implementação integral das medidas de controlo previstas para o efeito, ou seja, de as medidas se encontrarem implementadas.
Risco parcialmente tratado	Decorre da implementação parcial das medidas de controlo previstas para o efeito, ou seja, de as medidas se encontrarem em implementação.
Risco não tratado	Decorre da não implementação de qualquer medida de controlo prevista para o efeito, ou seja, de as medidas se encontrarem por implementar, ou de o risco não ter tido qualquer tratamento previsto.

Critérios de classificação das medidas para tratar os riscos* – quadro 4	
Medida implementada	– aplica-se à medida considerada plenamente concluída.
Medida em implementação	– aplica-se à medida em curso.
Medida não implementada	– aplica-se à medida não iniciada.
* Critérios definidos de acordo com a escala fornecida aos responsáveis, para o reporte do ponto de situação da implementação daquelas medidas.	

Gestão dos riscos

1. Execução anual do Plano (2021)

A implementação dos mecanismos de controlo interno que enquadram a atividade da Docapesca contribuiu para uma adequada execução do Plano (quadros 5 a 7 e figura 2).

Com base na aferição do grau de implementação das medidas de tratamento previstas no Plano, foram apurados os seguintes principais resultados globais:

- No Plano foram identificados 93 potenciais riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, decorrentes da atividade da Docapesca.
- Para o tratamento daqueles riscos foi identificado um conjunto de 134 medidas de mitigação⁶.
- A totalidade das medidas encontrava-se implementada (87) ou em implementação (47), no final do ciclo de gestão em análise (quadro 6).
- A empresa manteve a sua exposição maioritariamente a riscos de nível baixo, mais concretamente 74 do total de 93 riscos, o que corresponde a 79,6% do total de riscos

⁶ Apresentadas no Relatório de Execução Anual do PPRG referente a 2020, aprovado pelo CA em 29/04/2021.

(figura 2 e quadro 7).

- Não obstante se ter registado uma redução do número de riscos de nível elevado no final de 2021, face a 2020, apresenta-se em anexo o detalhe dos 2 riscos elevados, pela importância de que se revestem (anexo 2).
- A inexistência de riscos com probabilidade de ocorrência elevada deve-se ao facto de nenhum risco ter ficado por tratar, nem terem sido identificados novos riscos suscetíveis de referência ou decorrentes de alterações da atividade (quadros 5 e 6).
- A conclusão de 87 medidas (totalmente implementadas) (64,9% do total – quadro 6) contribuiu para que houvesse 48 riscos totalmente tratados (51,6% do total de 93 riscos – quadro 5).
- As 47 medidas em fase de implementação (35,1% do total de medidas – quadro 6) referem-se a 45 riscos parcialmente tratados (48,4% do total de riscos – quadro 5). Tratam-se, de um modo geral, de medidas associadas a processos de transição digital da Docapesca, ao nível da automação de processos da área de exploração.
- Não obstante a diversidade de atividades operacionais da primeira venda de pescado e atividades conexas, bem como da gestão das lotas e infraestrutras portuárias geograficamente dispersas no território de Portugal Continental, os responsáveis estimaram concluir a maioria daquelas medidas em 2022.
- A continuidade nos investimentos em infraestrutras e equipamentos e no processo de certificação pela ISO 22000 constitui uma aposta da empresa na melhoria das condições de segurança alimentar e de segurança de pessoas e bens, assim como da eficácia e eficiência das operações e de apoio ao setor onde opera.

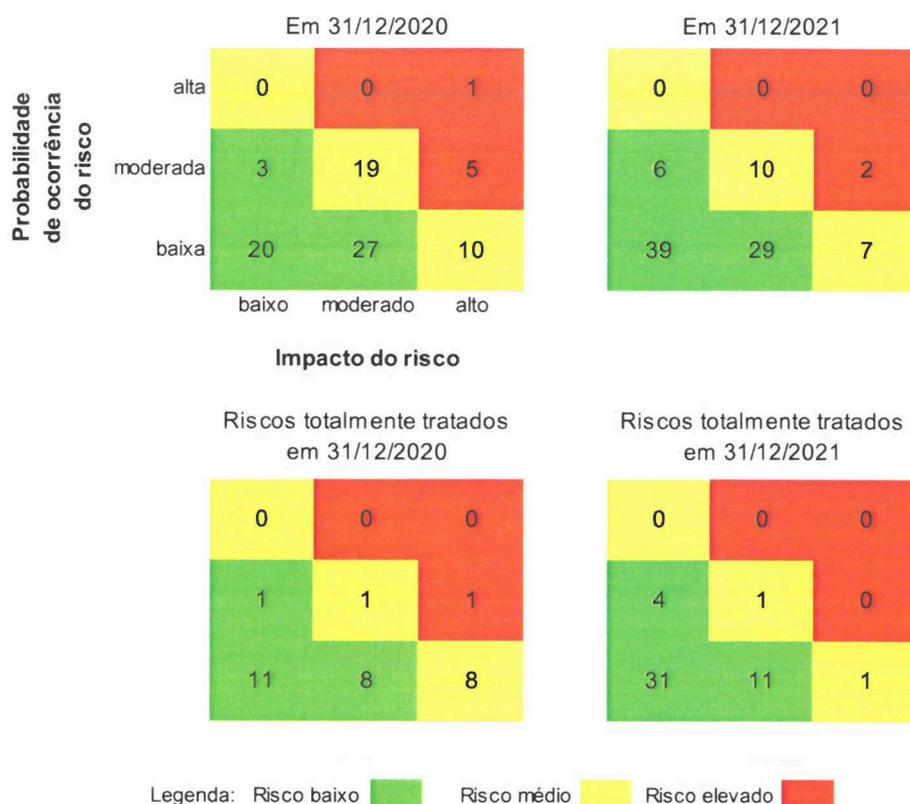
Acompanhamento do Plano da Docapesca - quadro 5

Ano de 2020 (31/12/2020)	Ano de 2021 (31/12/2021)	Varição
Riscos de gestão		
85	93	8
Riscos total e parcialmente tratados		
83 97,6%	93 100,0%	10
Riscos totalmente tratados		
30 35,3%	48 51,6%	18
Riscos parcialmente tratados		
53 62,4%	45 48,4%	-8
Riscos por tratar		
2 2,4%	0	-2
Riscos não avaliados		
0	0	0
Riscos novos		
10 11,8%	0	
Riscos eliminados do Plano		
2 2,4%	0	

Execução das medidas de tratamento dos riscos da Docapesca - quadro 6

Ano de 2020 (31/12/2020)	Ano de 2021 (31/12/2021)	Varição
Medidas previstas para tratar os 93 riscos de gestão		
125	134	9
Medidas em execução (medidas totalmente implementadas + medidas em implementação)		
119 95,2%	134 100,0%	15
Medidas totalmente implementadas		
57 45,6%	87 64,9%	30
Medidas em implementação		
62 49,6%	47 35,1%	-15
Medidas por implementar		
6 4,8%	0	-6
Medidas não aplicáveis		
0	0	0
Medidas novas		
17 13,6%	0	
Medidas eliminadas/ fundidas		
7 5,6%	1	

Distribuição dos riscos da Docapesca na matriz dos riscos – figura 2



Evolução do nível de risco da Docapesca - quadro 7

	2020		2021		variação face a 2020
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	
riscos baixos	50	58,8%	74	79,6%	24
riscos médios	29	34,1%	17	18,3%	-12
riscos elevados	6	7,1%	2	2,2%	-4

2. Riscos de corrupção e infrações conexas - Execução das medidas de tratamento

De acordo com os elementos verificados, foram apurados os seguintes principais resultados:

- No Plano foram identificados 24 riscos associados a atividades suscetíveis de comportar eventuais riscos de corrupção e infrações conexas (25,8% do total de riscos – quadro 8)⁷.
- Para o tratamento destes riscos, foi identificado um conjunto de 40 medidas de mitigação (quadro 9)⁸.
- A adoção dos mecanismos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas contribuiu para que a totalidade das medidas se encontrasse implementada (29) ou em implementação (11), no final do ciclo de gestão em análise (quadro 9).
- A empresa manteve uma exposição maioritária a riscos de nível baixo, mais precisamente 21 do total de 24 riscos, o que corresponde a 87,5% do mesmo total (figura 3 e quadro 10).
- A ausência de riscos elevados deve-se ao facto nenhum risco ter ficado por tratar, nem terem sido identificados novos riscos (quadros 8 e 9).
- A conclusão de 29 medidas (totalmente implementadas) (72,5% do total de 40 – quadro 9) contribuiu para que houvesse 17 riscos totalmente tratados (70,8% do total de 24 riscos – quadro 8), tendo-se obtido mais 11 riscos tratados face a 2020 (quadro 8).
- No final do ano existiam ainda 11 medidas em fase de implementação (27,5% do total de medidas – quadro 9), a concluir em 2022, as quais dizem respeito a 7 riscos parcialmente tratados (29,2% do total de riscos – quadro 10). No entanto, nos canais destinados a efetuar denúncias⁹, não houve qualquer participação respeitante a corrupção e infrações conexas¹⁰. Contudo, importa referir que, neste âmbito, se registaram denúncias efetuadas por outras vias, designadamente através de cartas anónimas. A todas as denúncias recebidas foi dado o devido seguimento pela empresa e, nos casos em que se justificou, as mesmas foram remetidas para as entidades competentes. Salientamos ainda que houve casos já investigados pelas entidades competentes, nomeadamente pelo Ministério Público, que resultaram em arquivamento dos processos, com a indicação que a empresa tem implementados procedimentos de controlo rigorosos, nomeadamente na área de primeira venda de pescado.
- No sentido de dar resposta ao disposto na Recomendação de 7 de novembro de 2012, do CPC, nomeadamente ao nível da elaboração de mecanismos de acompanhamento e de gestão de conflitos de interesses, a Docapesca dispõe de um Código de Conduta desde

⁷ Como definido no Relatório de Execução Anual do PPRG referente a 2020, aprovado pelo CA em 29/04/2021.

⁸ Apresentadas no Relatório de Execução Anual do PPRG referente a 2020, aprovado pelo CA em 29/04/2021.

⁹ Nos termos previstos na Política de Comunicação de Irregularidades da Docapesca, aprovada pelo Conselho de Administração, em 18/09/2019.

¹⁰ Conforme referido no mesmo Plano em "4. Riscos de corrupção e infrações conexas", páginas 14 e 15.

2013, objeto de revisões em 2018¹¹ e em 2021, para incorporar as disposições previstas na Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, e a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, segundo a Recomendação n.º 107/CITE/2021, tendo sido aprovado pelo CA em 16/09/2021.

- No âmbito da contratação pública, as aquisições de bens e serviços são executadas de modo adequado, pela adoção de boas práticas e mecanismos de controlo, como, por exemplo, a manutenção de diferentes graus de validação da informação, a avaliação de fornecedores, a elaboração de um manual de contratação pública e a atualização das minutas das peças dos procedimentos concursais, para incluir as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio (que aprovou medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos).
- Para promover uma cultura de prevenção de riscos de corrupção e de conduta ética, bem como concretizar a recomendação n.º 4 proposta no Relatório de Execução Anual de 2020¹², foram realizadas 6 ações de formação profissional ao nível da ética e boas práticas (que totalizaram 38 horas e abrangeram 50 trabalhadores) e 4 ações de formação profissional ao nível do controlo interno da contratação pública (que totalizaram 33 horas e abrangeram 46 trabalhadores) (anexo 3).
- Para o reforço do controlo dos riscos, foram mantidas as assessorias jurídicas, interna e externamente, consoante a especialidade.

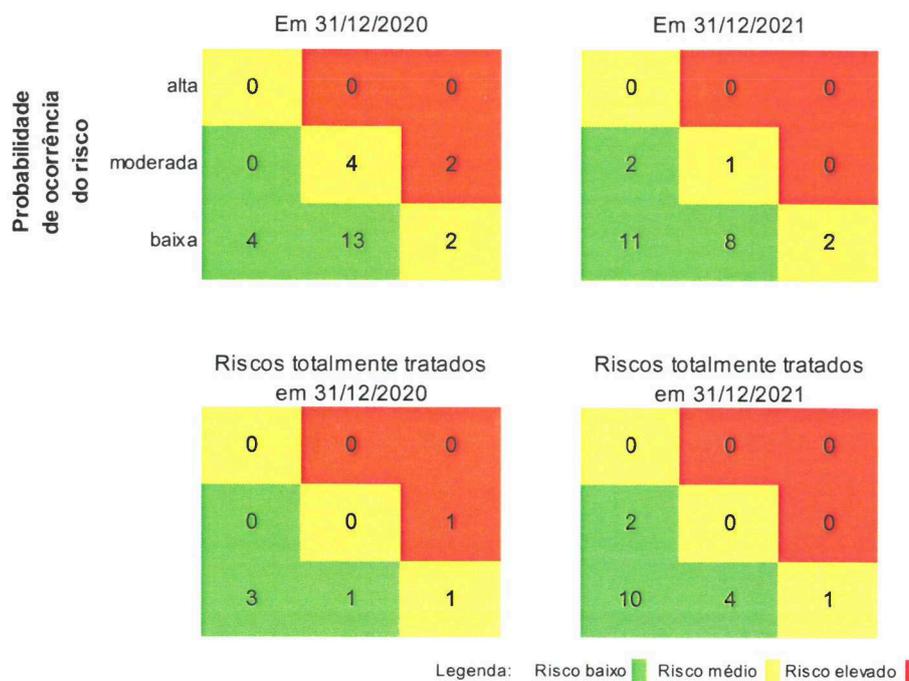
Acompanhamento do Plano da Docapesca ao nível dos riscos de corrupção e infrações conexas - quadro 8			
	Ano de 2020 (31/12/2020)	Ano de 2021 (31/12/2021)	Varição
Riscos de gestão	25	24	-1
Riscos total e parcialmente tratados	24 96,0%	24 100,0%	0
Riscos totalmente tratados	6 24,0%	17 70,8%	11
Riscos parcialmente tratados	18 72,0%	7 29,2%	-11
Riscos por tratar	1 4,0%	0	-1
Riscos não avaliados	0	0	0
Riscos novos	0	0	
Riscos eliminados do Plano	1	0	

¹¹ Revisto para se adequar aos princípios, deveres e responsabilidades definidos no Código de Conduta aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2016, de 8 de setembro (doravante RCM).

¹² Através da qual se recomenda que a Docapesca dê continuidade à realização de ações de formação e sensibilização ao nível dos mecanismos de prevenção de riscos.

Execução das medidas de tratamento dos riscos de corrupção e infrações conexas - quadro 9			
	Ano de 2020 (31/12/2020)	Ano de 2021 (31/12/2021)	Variação
Medidas previstas para tratar os riscos de gestão	41	40	-1
Medidas em execução (medidas totalmente implementadas + medidas em implementação)	35 85,4%	40 100,0%	5
Medidas totalmente implementadas	18 43,9%	29 72,5%	11
Medidas em implementação	17 41,5%	11 27,5%	-6
Medidas por implementar	5 12,2%	0	-5
Medidas não aplicáveis	0	0	0
Medidas novas	0	0	
Medidas eliminadas/ fundidas	1 2,4%	0	

Matriz dos riscos de corrupção e infrações conexas – figura 3



Evolução do nível de risco de corrupção e infrações conexas - quadro 10

	2020		2021		variação face a 2020
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	
riscos baixos	17	68,0%	21	87,5%	4
riscos médios	6	24,0%	3	12,5%	-3
riscos elevados	2	8,0%	0	0,0%	-2

3. Riscos com potencial impacto na segurança alimentar - Execução das medidas de tratamento

Foram apurados os seguintes principais resultados:

- A Docapesca, no âmbito das suas atribuições e enquanto responsável pela prestação do serviço público de primeira venda de pescado e atividades conexas, identificou 19 riscos com potencial impacto na segurança alimentar (quadro 11), que correspondem a 20% do total de riscos do Plano.
- Para o tratamento destes riscos foi identificado um conjunto de 46 medidas de mitigação (quadro 12).
- A totalidade das medidas previstas encontrava-se implementada (32) ou em implementação (14), no final de 2021 (quadro 12).
- A adoção de boas práticas contribuiu para manter a empresa com uma exposição maioritária a riscos de nível baixo, mais precisamente 12 do total de 19 riscos, o que corresponde a 63,2% do mesmo total (figura 4 e quadro 13).
- Nenhum risco ficou ficado por tratar, nem se identificaram novos riscos.
- Apurou-se a existência de um único risco elevado, de nível 6, com probabilidade moderada de ocorrência e um impacto alto se acontecer. Este risco, de natureza operacional, encontra-se parcialmente tratado (70%), sendo a medida de mitigação de implementação plurianual (anexo 2).
- A conclusão de 32 medidas totalmente implementadas (69,6% do total de 46 medidas – quadro 12) contribuiu para que houvesse 6 riscos totalmente tratados (31,6% do total de 19 riscos – quadro 11), mais 1 risco face a 2020 (quadro 12).
- No que respeita às 14 medidas em fase de implementação (30,4% do total de medidas – quadro 12), referentes a 13 riscos parcialmente tratados (68,4% do total de riscos – quadro 11), os responsáveis estimaram concluir a maioria daquelas medidas em 2022.
- No final de 2021 a Docapesca estendeu a certificação ISO 22000 do SGSA a mais 3 lotas (Portimão, Olhão e Peniche), tendo contratado para o efeito um serviço de consultoria. Foram ainda realizadas auditorias de diagnóstico, bem como auditorias internas ao sistema. A conclusão do processo de certificação da lota da Nazaré, sofreu um desvio ao Plano, prevendo-se a sua conclusão no 1.º trimestre de 2022.

- No final do ano, a Docapesca viu renovada a certificação de 9 lotas¹³ pelo mesmo referencial.
- Foram ainda realizadas a reunião pela gestão, assim como as reuniões com os RESA para monitorizar o SGSA.
- Para responder às questões suscitadas no âmbito de vistorias de entidades externas, como a DGAV e a DGRM, foram realizadas ações de monitorização e acompanhamento da implementação das medidas necessárias.
- Para melhorar as condições de segurança alimentar e possibilitar a obtenção do Número de Controlo Veterinário (NCV), pelas entidades competentes, foi concluída a requalificação de 2 postos de vendagem: Castelo do Neiva e Fuseteta.
- Para capacitar e qualificar os seus trabalhadores, a empresa realizou as seguintes ações de formação profissional: 28 ações, no âmbito da Segurança Alimentar, dedicadas a 6 temáticas (que totalizaram 97 horas e abrangeram 208 trabalhadores); 22 ações, ao nível de Segurança e Saúde no Trabalho, dedicadas a 11 temáticas (que totalizaram 655 horas e abrangeram 145 trabalhadores) (anexo 3).

Acompanhamento do Plano da Docapesca ao nível dos riscos com potencial impacto na segurança alimentar - quadro 11

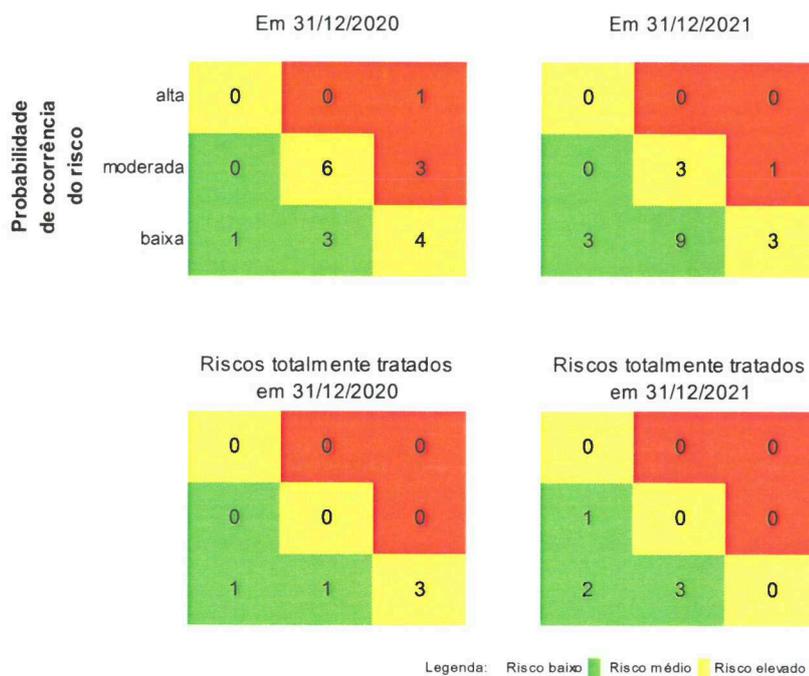
Ano de 2020 (31/12/2020)	Ano de 2021 (31/12/2021)	Varição
Riscos de gestão		
18	19	1
Riscos total e parcialmente tratados		
17	19 100%	2
Riscos totalmente tratados		
5	6 31,6%	1
Riscos parcialmente tratados		
12	13 68,4 %	1
Riscos por tratar		
1	0	-1
Riscos não avaliados		
0	0	0
Riscos novos		
1	0	
Riscos eliminados do Plano		
0	0	

¹³ Mais concretamente, Sagres, Quarteira, Vila Real de Santo António, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Sesimbra e Setúbal.

Execução das medidas de tratamento dos riscos com potencial impacto na segurança alimentar - quadro 12

	Ano de 2020 (31/12/2020)	Ano de 2021 (31/12/2021)	Variação
Medidas previstas para tratar os riscos de gestão			
	47	46	-1
Medidas em execução (medidas totalmente implementadas + medidas em implementação)			
	46 97,9%	46 100,0%	0
Medidas totalmente implementadas			
	16 34,0%	32 69,6%	16
Medidas em implementação			
	30 63,8%	14 30,4%	-16
Medidas por implementar			
	1 2,1%	0	-1
Medidas não aplicáveis			
	0	0	0
Medidas novas			
	0	0	
Medidas eliminadas/ fundidas			
	1 2,1%	0	

Matriz dos riscos com potencial impacto na segurança alimentar – figura 4



Evolução do nível de risco com potencial impacto na segurança alimentar - quadro 13

	2020		2021		variação face a 2020
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	
riscos baixos	4	22,2%	12	63,2%	8
riscos médios	10	55,6%	6	31,6%	-4
riscos elevados	4	22,2%	1	5,3%	-3

4. Recomendações

Decorridos dois anos sobre a publicação do Plano da Docapesca, e após 4 ações de monitorização e avaliação do grau de execução das medidas de mitigação previstas, foi proposta a realização de um novo Plano, a partir dos contributos recolhidos nas reuniões realizadas com o CA e com os dirigentes.

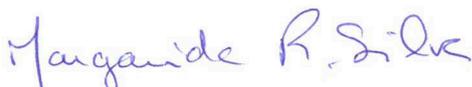
O novo Plano terá em conta o novo organigrama, os responsáveis das unidades orgânicas, a evolução do processo de certificação da empresa pela ISO 22000, assim como todo o enquadramento das áreas da empresa com vista à melhoria contínua dos processos de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas.

Tendo presente o exposto, propõe-se que:

- A Docapesca mantenha as ações de formação profissional ao nível da ética e das boas práticas no seu Plano de Formação, para continuar a promover uma cultura de prevenção de riscos de corrupção e de conduta ética.
- Seja realizado um novo Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, partindo-se da revisão do atual, mas que incorpore também novos riscos entretanto identificados nas diferentes áreas de atuação.
- O novo Plano deve basear-se no enquadramento atual da empresa, considerando a análise interna e externa, sendo relevante a identificação:
 - da origem dos riscos a partir da análise SWOT e das necessidades e expectativas das partes interessadas;
 - do processo que está subjacente ao risco identificado;
 - das medidas que potencialmente mitiguem os riscos identificados, medidas essas que idealmente devem conter indicadores quantificáveis, que permitam uma melhor aferição do seu grau de execução.
- A realização do novo Plano conte com a participação de todas as UO.

Lisboa, 02/03/2022

O Gabinete de Auditoria Interna



Margarida Ribeiro da Silva



Emília Pires